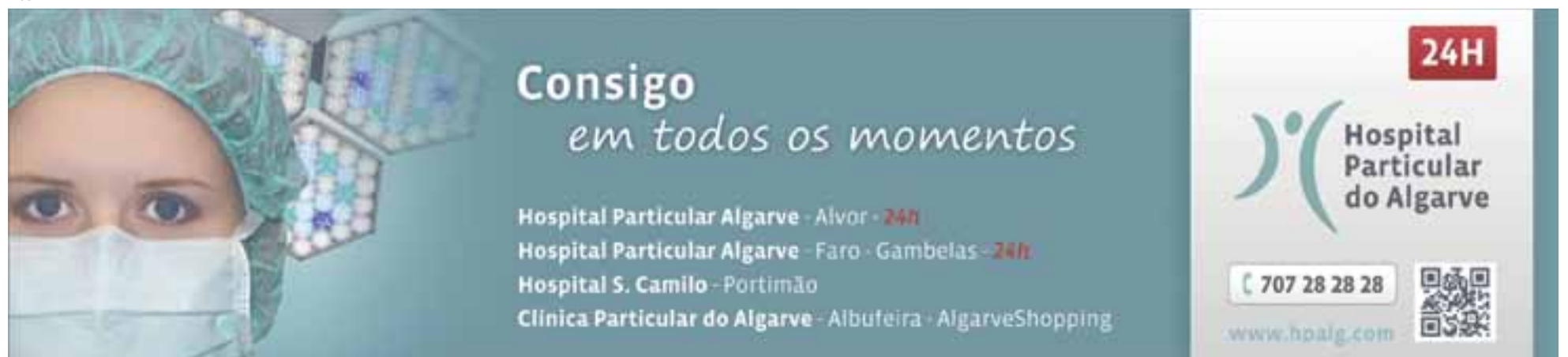


# Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.160 - ano 14 | Julho/Agosto de 2012 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)  
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública




Pub



**Consigo**  
*em todos os momentos*

Hospital Particular Algarve - Alvor - **24h**  
Hospital Particular Algarve - Faro - Gambelas - **24h**  
Hospital S. Camilo - Portimão  
Clínica Particular do Algarve - Albufeira - AlgarveShopping

**24H**  
 **Hospital Particular do Algarve**

☎ 707 28 28 28  
[www.hpalg.com](http://www.hpalg.com)






Foto: ANBP

O Algarve conta, a partir de agora, com um Corpo de Bombeiros Sapadores. De acordo com a Lei, e por decisão do presidente da Câmara Municipal, os bombeiros municipais passam a designar-se de bombeiros sapadores.

Um procedimento que deve ser realçado não só porque cumpre a Lei, mas também porque esta reorganização vai cada vez mais ao encontro das necessidades das populações e prevê ainda uma maior responsabilidade para os bombeiros profissionais dos sapadores de Faro porque as exigências passam a ser maiores.

O tempo, como era desejo do cantor António Mourão, “não volta para trás”, mas caminha a um ritmo assustador, que deve ser acompanhado pelas medidas necessárias e urgentes para que os bombeiros e a proteção civil respondam em tempo, com mais meios técnicos, com mais formação, maior organização, com pragmatismo e para que se adaptem à evolução da nossa sociedade. Pena é que, e mais uma vez, alguns decisores tentassem colocar pedras na engrenagem com argumentos que felizmente não convenceram a decisão do Engenheiro Macário Correia.

Esperamos que este exemplo dado pelo edil de Faro possa ser seguido, pelo menos no estrito cumprimento da Lei, por outros autarcas que possuem Corpos de Bombeiros Municipais. Acredito que a reorganização dos bombeiros profissionais passa fundamentalmente por aqui, sem que sejam gastas quaisquer verbas.

### Outra vez Dr. Alberto João Jardim?

Pensei que o modo como o Presidente do Governo Regional da Madeira trata as In-

## Autarca de Faro cumpre a Lei e moderniza os bombeiros profissionais

stituições e os seus dirigentes já fosse outro. Sim, porque, há uns anos, quando ANBP/SNBP, através do seu Secretariado Regional da Madeira, reivindicaram mais segurança no que respeitava aos planos de emergência nas unidades hoteleiras e também nos túneis rodoviários da Ilha, foram apelidados e adjetivados de coisas de que me escuso aqui referir.

O que é certo, é que os nossos estudos, os seminários que realizámos na Ilha e os técnicos nacionais e europeus que aí se deslocaram contribuíram para que as entidades políticas pudessem alterar, e para melhor, todas essas situações técnicas no âmbito da proteção civil e melhorar a intervenção dos bombeiros profissionais.

Temos também vindo a apresentar ao governo regional, a todos os partidos políticos e ao presidente da Assembleia Regional, há mais de cinco anos, um caderno reivindicativo dos bombeiros profissionais. Nesse documento, além de muitos outros pontos, é referido que aos bombeiros municipais da Madeira não é aplicada a mesma legislação que aos bombeiros municipais e sapadores do continente. E que os profissionais da Associações Humanitárias não têm, como sucede no Continente na esmagadora maioria das Associações, um acordo coletivo de trabalho para regularizar situações laborais e mesmo de organização dentro das Associações. Mau grado tudo isto, o anterior Ministro da Republica, numa reunião com o Secretariado Regional da Madeira, garantiu que a situação do DL- 247/2007 nunca iria ser aplicada na Madeira de forma diferente do Continente, pois isso seria inconstitucional. Porém, tal não sucedeu, e a situação inconstitucional e ilegal dessa legislação continua na Região Autónoma da Madeira.

Junta-se a tudo isto, o facto de os bombeiros profissionais da Ribeira Brava não receberem os seus vencimentos há mais de três meses, os de Porto Santo não receberem as pernoitas desde Dezembro de 2011 e outros de outras Associações que, além de receberem os seus vencimentos com atraso,

não receberam 50% do subsídio de Natal.

No entanto, tudo isto não impediu que os bombeiros profissionais da Madeira estivessem, como o fazem sempre, na primeira linha, vários dias, com esforço redobrado, alguns mesmo sem dormir, a combater como heróis os incêndios que tiveram lugar na nossa Ilha da Madeira.

O prémio que lhes foi atribuído pelo presidente do Governo Regional foi a desvalorização, dando mesmo a entender que os bombeiros teriam sido culpados por tal catástrofe. E não fomos apenas nós que entendemos assim as palavras do Presidente do Governo Regional; todos os políticos com assento na Assembleia Regional, os jornalistas, as empresas, e a população entenderam essa tal desvalorização, nesse contexto.

Depois de criticar os bombeiros (e porque tem medo, apesar de o ir fazendo) virou-se para a minha pessoa, tratando-me por “um tal de Curto” e “uma tal ANBP”. Não me escandaliza, antes pelo contrário, pois já tinha tido esse procedimento quando se referiu a Sua Ex<sup>a</sup>., o Presidente da República, Dr. Cavaco Silva, como “Sr. Silva”.

Pena é que, no nosso País, não haja procedimentos legislativos para chamar a atenção do Senhor Dr. Alberto João Jardim e recordar-lhe que deve respeitar os outros. E ele deveria ter esse cuidado redobrado pois é Conselheiro de Estado, presidente de um Governo Regional e estou convicto que é uma pessoa educada e respeitadora!

Como nós somos cumpridores e não podemos deixar de respeitar a Lei no nosso País, foi já movido um processo- crime ao Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira porque, como dizem lá para os lados de Castelo Branco, de onde eu sou natural, “quem não se sente não é filho de boa gente”! E como herdei o nome de CURTO do meu pai, que me ensinou a ser educado e respeitador, logo não posso deixar de cuidar do meu bom nome, do bom nome dos bombeiros profissionais da Madeira e da ANBP/SNBP.



## Posto de Vigia

### ✚ Mais

✚ O protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Administração Interna prevê a cooperação entre as duas entidades no âmbito da segurança contra incêndios na atribuição de credenciação dos bombeiros sapadores para a realização de vistorias e inspeções das condições de segurança em edifícios.

✚ Mais de 100 bombeiros de Madeira responderam ao apelo da ANBP para participarem numa concentração em defesa de melhores condições de trabalho.

### ✚ Menos

✚ Os incêndios devastadores que lavraram na Madeira e na Região do Algarve.

✚ A suspeitas de mão-criminosa na origem dos incêndios que afetaram a Madeira

✚ A morte de uma bombeira dos Municipais de Abrantes, na sequência do despiste do autotanque em que seguia, a caminho de um incêndio em Vale de Mós, no dia 21 de Julho.

✚ Os incêndios que lavraram nas ilhas espanholas das Canárias queimaram mais de três mil hectares nas ilhas La Gomera e La Pama. As chamadas obrigaram a retirar 700 pessoas das suas habitações.

Consulte o nosso site em [www.anbp.pt](http://www.anbp.pt)

Este jornal foi feito ao abrigo do novo acordo ortográfico



# A “troika” chegou aos bombeiros

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais tem vindo a realizar de Norte a Sul do país e ilhas reuniões com dirigentes, delegados, e bombeiros, com o objetivo de avaliar a situação atual do socorro e das condições de trabalho dos bombeiros nas corporações a que pertencem.

Entre os temas debatidos, os profissionais consideraram particularmente grave a situação resultante da impossibilidade de as câmaras municipais abrirem novos concursos e o bloqueamento de carreiras na administração pública imposto pelo Governo, que está a levar à falta de graduados nos vários postos.

O SNBP defende, por isso, que seja criado um regime de exceção para os bombeiros sapadores e municipais que permita a abertura de concursos para promoções e ingressos, uma vez que o socorro não pode estar dependente de cortes cegos e transversais a todos os serviços públicos. A função dos bombeiros é salvar vidas e bens. Consideramos que este regime, a ser criado, não terá impacto no Orçamento de Estado e é uma mais-valia para a qualidade do socorro que temos que prestar às populações.

Mais uma vez, tenho que lembrar que a criação de um horário específico para os bombeiros profissionais não traz custos e resolve um problema com mais de 20 anos. Precisamos de governantes com coragem para o aplicar!

A uniformização da carreira é da mais elementar justiça. Não podemos continuar a arriscar a vida com tão

baixos salários.

A principal base de financiamento dos corpos de bombeiros e o seu principal alicerce são as autarquias. Sejam eles sapadores, municipais ou associações humanitárias, as Câmaras destinam uma parte do seu orçamento na garantia do socorro à população. Mas as dificuldades financeiras das autarquias fizeram reduzir em alguns casos para metade o financiamento autárquico aos corpos de bombeiros, que já anteriormente viviam situações difíceis.

Entre alterações de horários de trabalho para reduzir o número de efetivos por turno, falta de investimento em equipamento de proteção individual, degradação de quartéis e viaturas, chegando à não renovação de contratos e mesmo ao despedimento nas Associações Humanitárias, os bombeiros têm sentido a “troika” fria e que apenas olha a números.

Os últimos grandes incêndios vieram mais uma vez lembrar os bombeiros e sua importância, mas muitos responsáveis não dão o devido valor ao nosso esforço, chegando mesmo a lançar suspeições sobre os bombeiros. “A ignorância é muito atrevida” mas não vai ser isso que nos vai fazer parar.

A vida continua e a luta também. Temos que acabar com a necessidade de ter de trabalhar por 1,70€. Não posso aceitar que nos chamem de heróis, mas que depois tudo façam para que não tenhamos direito a subsídio de turno, nem nos apliquem um horário que permita prestar um bom socorro que todos sabemos ser necessário.

## informação



# Iniciada negociação para AE para FEB no Ministério do Trabalho

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais iniciaram o processo negocial de Acordo de Empresa para a Força Especial de Bombeiros (“Canarinhos”). A primeira reunião, ocorrida no dia 24 de Julho, no Ministério do Trabalho, contou com a presença de dirigentes de ANBP/SNBP, com o delegado sindical da FEB, João Santos, e com representantes da Escola Nacional de Bombeiros.

Na sequência deste encontro, ANBP/SNBP considerou o processo negocial foi considerado “oficialmente

aberto”, pelo Ministério de Trabalho. ANBP/SNBP consideraram que este “é mais um passo importante para melhorar as condições laborais da FEB”. A Escola Nacional de Bombeiros comprometeu-se a propor alterações à proposta de Acordo de Empresa apresentada por ANBP/SNBP, o que deverá acontecer até ao próximo encontro, agendado para 17 de Setembro.

Na reunião, ANBP/SNBP foi informada pela ENB de que já foi finalizado o concurso público para acompanhamento médico aos elementos da FEB, devendo estes usufruir deste serviço nos próximos meses.

ficha técnica		Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais Instituição de Utilidade Pública
<b>Director</b> Filomena Barros	<b>Grafismo</b> João B. Gonçalves	<b>Propriedade</b> Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa Tel.: 21 394 20 80
<b>Director-Adjunto</b> Sérgio Carvalho	<b>Paginação</b> João B. Gonçalves	<b>Tiragem</b> 25 000 exemplares
<b>Redacção</b> Cátia Godinho	<b>Publicidade</b> Paulo Bandarra	registo n.º 117 011 Dep. Legal n.º 68 848/93
<b>Fotografia</b> Gab. Audiovisual ANBP	<b>Impressão</b> Gráfica Funchalense	

Alto Risco	cupão de assinatura
Nome: _____	
Morada: _____	
Código Postal: _____	
Profissão: _____	
Telefone: _____ Tlm.: _____	
Email: _____	
Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros   Despesas de envio: 2 euros   Total: 10 euros Enviar Cheque ou Vale de Correio para: Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa	

## conferência de imprensa



# Bombeiros Municipais de Viseu preocupados com socorro na cidade

Faltam bombeiros, os equipamentos de proteção individual estão gastos e não chegam para todos e as viaturas estão gastas e obsoletas. O balaço da situação “bastante caótica” que se vive nos Bombeiros Municipais de Viseu foi feito pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, numa conferência de Imprensa no dia 20 de Julho, em Viseu. As críticas vão, sobretudo, para a falta de efetivos. “Neste momento existem 39 efetivos, quando, no mínimo deveríamos ser 100”, referiu o presidente da ANBP, Fernando Curto, lembrando a recruta que ficou suspensa em janeiro de 2011, já depois de serem conhecidas as classificações. ANBP/SNBP consideram que, perante este cenário, “a segurança em Viseu é deficiente”.

As duas estruturas representativas dos bombeiros profissionais apresentaram várias situações em que a falta de efetivos tornou o socorro quase impossível. O presidente do SNBP, Sérgio Carvalho, lembrou o que aconteceu a 16 de

Julho, quando ocorreu um acidente com encarcerados. “Estavam dois elementos no quartel e foi preciso chamar uma terceira pessoa que estava de folga”, tendo o quartel ficado sem ninguém, o que comprometeu o abastecimento de água à população e um pedido da abertura de porta entretanto solicitados.

Sérgio Carvalho explicou que os bombeiros municipais têm atualmente cinco turnos, quando antes tinham quatro (e, por isso, mais bombeiros por turno)além de que o município “não paga horas extraordinárias”.

Ao problema da falta de efetivos junta-se a falta de meios e viaturas (algumas das quais com mais de 42 anos e que permanecem ao serviço da corporação) e a escassez de fardas. De acordo com os responsáveis de ANBP/SNBP só existem cinco pares de calças de fogo para os 39 efetivos dos municipais de Viseu.

O presidente da ANBP, Fernando Curto lamenta que a autarquia não se tenha candidatado aos fundos do QREN



para adquirir viaturas e equipamentos para os bombeiros, considerando os municipais de Viseu estão “no limite da razoabilidade do socorro”.

Estas e outras dificuldades constam de um memorando distribuído à comunicação social e entregue à autarquia, no passado mês de Maio. “Desde então, a câmara nunca mais teve agenda para reunir connosco”, lamentou Sérgio Carvalho.

Já Fernando Curto corrobora o facto de a autarquia de Viseu não ouvir “reivindicações dos bombeiros”. O presidente da ANBP considera que há uma necessidade crescente de ter agentes de

socorro devidamente preparados e que para tal “é preciso profissionalizar os bombeiros”.

O Jornal Alto Risco tentou contactar com o vereador da proteção civil da Câmara Municipal de Viseu, Hermínio Magalhães, mas não foi possível obter uma reação às reivindicações dos bombeiros até ao fecho desta edição.

A corporação dos Bombeiros Municipais de Viseu comemorou, no dia 22 de Julho, 185 anos de existência. Atualmente, com 39 elementos, serve uma população de 100 mil habitantes. Há cerca de dez anos, para 90 mil habitantes, existiam no quartel 60 elementos.

## conferência de imprensa

## O Secretariado Regional do Centro da ANBP/SNBP, apresentou aos jornalistas os seguintes dados:

### Dificuldades

1- O número de bombeiros municipais há 10 anos rondava os 60 elementos, divididos em 4 turnos, para 90000 habitantes; atualmente são 39 divididos em 5 turnos para mais de 100.000 habitantes, com redes rodoviárias como a A-24 e A-25, com uma floresta desordenada e um centro histórico abandonado com grande carga térmica apresentando um risco muito elevado.

2-A ANPC recomenda 1 bombeiro para 1000 habitantes, pelo que em Viseu deveriam haver 100 bombeiros. Os municipais pedem, no entanto, o mínimo, ou seja, 60.

3-Retirada das ambulâncias INEM (posto PEM desde 1979 com duas ambulâncias), prejudicando a população que deixou de contar com duas ambulâncias e tripulações com grande experiência enaltecidas muitas das vezes por médicos e enfermeiros que colaboravam com estes profissionais.

4-Troca de um helicóptero médio por um ligeiro diminuindo a capacidade de transporte da brigada helitransportada e diminuído também a capacidade de transporte de água em 200 litros, para além da perca dos dois aviões Dromaderes, em 2011.

5-Em Janeiro de 2011, concurso para ingresso de recrutas, já com classificações finais atribuídas, foi cancelado pela autarquia, alegando a crise.

6-Trabalho extraordinário realizado nos anos de 2006/2007, por imposição das escalas de serviço foi reclamado junto dos serviços da autarquia e que nunca foi liquidado argumentando que esse trabalho não estava autorizado. Os processos decorrem em tribunal.

7-Trabalho realizado no período de Janeiro a Junho de 2010, por imposição das escalas de serviço, reclamado junto dos serviços da autarquia, que nunca foi liquidada, argumentando que esse trabalho não estava autorizado.

8-Trabalho extraordinário no verão de 2011 ainda não foi pago. Muitas dessas horas são de incêndios que ultrapassavam a hora de saída, pelo que os bombeiros eram obrigados a permanecer no local do incêndio; outras resultam da chamada pelo surgimento de novas ocorrências e pelo facto de não haver meios.

### Ocorrências que demonstram as dificuldades dos Municipais de Viseu

1-No dia 26/06/2012 pelas 00h57 a central de comunicações recebe um alerta para incêndio urbano; como às 00h55 tinha saído uma viatura com 4 elementos para um incêndio rural, encontrava-se apenas um elemento no quartel que, sozinho, se dirigiu para o incêndio.

2-No dia 15/07 houve um incêndio florestal de médias proporções, levando a que fossemos auxiliado por corporações de outros concelhos, por falta de elementos nos municipais de Viseu. Foram chamados apenas dois elementos, que continuam a comparecer apesar da autarquia ainda não ter liquidado as horas resultantes das chamadas de 2011.

3-No dia 16/7 houve um acidente de viação com encarcerados. Como havia apenas dois elementos no quartel, um terceiro dirigiu-se ao quartel após chamada para irem três na viatura. Como o quartel esteve horas sem ninguém, nesse espaço de tempo houve uma chamada para abertura de porta que não foi efetuada e uma solicitação para abastecimento de água á população que também não se realizou.

## notícias

## Viseu sem bombeiros para viatura de desencarceramento

Cerca de duas semanas depois da realização desta conferência de imprensa, um alerta na central dos bombeiros municipais de Viseu, via CDOS, a 29 de julho, traria mais uma vez à atualidade a falta de efetivos na corporação.

O pedido de socorro surgiu na sequência de uma colisão, ocorrida às portas da cidade, envolvendo no total seis viaturas, incluindo uma ambulância do INEM. De acordo com fonte dos municipais de Viseu, naquele dia “existiam apenas cinco elementos de serviço nos Bombeiros Municipais de Viseu, sendo um operador da central. Os outros quatro elementos estavam envolvidos no combate a um incêndio florestal”.

De acordo com a mesma fonte, foi necessário acionar outra corporação. “ Não havendo meios humanos neste quartel, a solução foi acionar uma viatura dos bombeiros voluntários de Sátão, que em virtude da distância, demoraram 20 minutos” a chegar, recorda.

A viatura de desencarceramento dos Municipais de Viseu é a única existente no concelho.



## PCP Viseu recebe ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, representados pelos delegados dos Bombeiros Municipais de Viseu, reuniram-se no passado dia 13 de julho com a concelhia do Partido Comunista Português.

Os representantes do PCP Viseu, Manuel Rodrigues e João Ferreira, ouviram as preocupações dos bombeiros e afirmaram que têm acompanhado a situação dos municipais de Viseu através do trabalho desenvolvido pela ANBP. Os responsáveis compreenderam as preocupações dos bombeiros e lamentaram o desinvestimento verificado ao longo do tempo nos bombeiros municipais.

## notícias

# Governo cria fundo para suportar danos provocados pelos incêndios

O Governo criou um fundo para suportar encargos resultantes dos estragos provocados pelos incêndios.

Um comunicado do Conselho de Ministros, divulgado a 26 de Julho, indicava a aprovação de “mecanismos destinados a minimizar as consequências dos incêndios que atingiram os municípios algarvios de São Brás de Alportel e Tavira entre os dias 18 e 21 de julho”, por se considerar que “a sua extensão confere um caráter de excecionalidade”, incluindo um fundo, de valor ainda por definir, que será criado por diploma legal. Este fundo será “destinado a suportar os encargos resultantes dos estragos provocados pelos incêndios, nomeadamente a reconstrução e reparação de habitações e de unidades de exploração económica, bem como a cobertura de outras necessidades sociais”.

Foi ainda aprovado um “compromisso de inscrição na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2013 de uma norma que estabeleça que podem ser ultrapassados os limites de endividamento de médio e longo prazos pelos municípios afetados, pelo valor estritamente necessário à contração de empréstimos”. O comunicado do Conselho de Ministros refere que “este mecanismo aplicar-se-á também aos municípios da Região Autónoma da Madeira que sejam identificados em articulação do Governo da República com o Governo Regional”.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, “em paralelo” com estes mecanismos, foi aprovado “um conjunto de medidas de apoio social, sendo dada prioridade às famílias que se encontram em situação de comprovada carência económica”.

No documento distribuído à comunicação social está prevista a atribuição de “subsídios e apoios destinados à reparação de danos que afetaram equipamentos sociais”. Será atribuído “um subsídio de compensação, de prestação única, às famílias que perderam a sua fonte de rendimento, no montante equivalente ao valor do indexante dos apoios sociais, por cada elemento do agregado”. Esta prestação única, no valor de 419,22 euros, consiste no Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e será atribuído a cada elemento do agregado.

Os “pensionistas que perderam as suas fontes de rendimento” poderão receber “um subsídio mensal complementar, no valor da pensão social, durante um período de três meses”.

Vai ser ainda dada prioridade, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), “à análise e decisão dos projetos agrícolas e florestais localizados nas zonas mais afetadas pelos incêndios” e estabelecido “um período de interdição de caça nas áreas afetadas superior ao legalmente previsto, com a finalidade de ser garantida uma adequada recuperação das populações cinegéticas”.

Segundo este documento, a coordenação política dos mecanismos destinados a minimizar os encargos resultantes dos estragos provocados pelos incêndios em São Brás de Alportel e em Tavira vai ser feita por uma comissão interministerial presidida pelo Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas.

O Instituto Nacional de Estatística deverá também realizar um inquérito junto destes dois municípios algarvios para “inventariar os impactos dos incêndios no âmbito privado e público.

## Área ardida triplicou

A área ardida mais do que triplicou este ano, em relação ao mesmo período de 2011, tendo os incêndios florestais consumido 67.052 hectares. Um total equivalente a 67 mil campos de futebol.

De acordo com o relatório provisório de incêndios florestais da Autoridade Florestal Nacional, esta área ardida resultou das 13.889 ocorrências registadas entre os dias 1 de janeiro e 31 de julho. No ano passado, em igual período de tempo, arderam 21 518 hectares de floresta, resultantes de 10987 ocorrências.

O documento salienta que o maior incêndio de 2012 teve início a 18 de julho, no local da Catraia, concelho de Tavira, e estima-se que tenha consumido uma área de cerca de 24 mil hectares.

O relatório provisório da AFN indica ainda que o maior número de ocorrências se verificou, este ano, no distrito do Porto, com 2866 registos (90% dos quais fogachos). Os distritos da Guarda e de Bragança registaram o maior número de incêndios florestais.

O distrito de Faro é o que apresenta maior área ardida (22 101 hectares).

## 80% do território em seca severa

Um relatório de Acompanhamento e avaliação dos Impactos da Seca, divulgado pela Agência Lusa, revela que perto de 80% do território nacional está em seca severa ou extrema e a água armazenada nas bacias hidrográficas está abaixo do habitual. O documento reporta-se à situação do país no mês de junho, numa altura em que “16% do território se encontrava em seca moderada, 24% em seca severa e 56% em seca extrema”.

A explicação para o facto estará na falta de chuva, que se tem registado desde o início do ano. O valor da precipitação mensal ficou 60% abaixo da média,

continuando, no entanto, a ser superior a 2004/2005 (ano em que se registou a situação mais grave de seca). Também em junho, o valor médio da quantidade de precipitação foi de 14 milímetros, número inferior à média verificada no período 1971-2000 (32,2 milímetros).

O Norte foi a região que registou mais precipitação. Os níveis de armazenamento por bacia hidrográfica apresentam valores inferiores às médias registadas habitualmente: das 56 albufeiras monitorizadas, 14 apresentam recursos hídricos superiores a 80% do volume total e sete são inferiores a 40%.

## olha o passarinho



► “Um viseense nas ruas de Viseu”

## manifestação

# Bombeiros da Madeira em protesto



Mais de uma centena de bombeiros manifestaram-se na manhã do dia 13 de julho junto à Assembleia Regional da Madeira (ALM), no Funchal, num protesto contra a falta de investimento no setor dos bombeiros e proteção civil. A iniciativa foi organizada pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais e pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.

Os bombeiros entregaram um caderno reivindicativo ao vice-presidente daquele organismo, Miguel de Sousa, e a todos os líderes parlamentares da Assembleia Regional do Partido pelos Animais e pela Natureza, Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, CDS -Partido Popular, Partido Trabalhista Português, Movimento Partido da Terra e Partido Nova Democracia. A manifestação teve como objetivo alertar para a degradação das condições de vida dos bombeiros profissionais da Madeira. Em causa estão salários em atraso em algumas corporações, pernoitas que não foram pagas, subsídios de Natal pagos a 50%, além da não aplicação de legislação em vigor em Portugal Continental, para o setor dos bombeiros.

A este respeito, o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, adi-

antou que “temos legislação que deveria ser para todo o país e que regulamenta as carreiras dos bombeiros profissionais e que tem sido aplicada a um velocidade normal no Continente, e a um passo anormal na Madeira, porque a Assembleia Regional retificou o decreto-lei para pior”. O dirigente lembra que o documento foi aplicado com quatro anos de atraso e que “está a desfazer o que é a organização normal dos bombeiros profissionais da Madeira”.

Em causa, está o decreto-lei 247/2007 que, entre outros pontos, prevê a equiparação do estatuto remuneratório. De acordo com ANBP/SNBP, as alterações feitas pela ALM ao diploma implicam a falta de uniformidade entre os bombeiros da Madeira e o resto do país, quer no que respeita à designação, carreiras, postos e organização do socorro.

O coordenador do secretariado regional de ANBP/SNBP, Luís Sargo (bombeiro nos Municipais do Funchal), adianta que, entre outras diferenças, a alteração deste decreto-lei implica discrepâncias salariais em relação aos colegas do Continente que podem chegar “aos 300 euros”. Os bombeiros madeirenses sentem-se ainda prejudicados por não serem celebrados Acordos de Empresa





► Entrega do Caderno reivindicativo ao deputado do PTP, José Manuel Coelho



► Fernando Curto entrega documento ao PS

na ilha, ao contrário do que tem acontecido no Continente.

ANBP/SNBP têm também defendido a ideia da “corporação única para toda a Região o que permitira racionalizar meios humanos e materiais”, acrescentando que “seria bom para os próprios bombeiros”.

À parte da carreira e da organização do socorro, os bombeiros pretenderam manifestar à porta da Assembleia Legislativa a sua indignação em relação às situações laborais vividas pelos bombeiros profissionais de algumas corporações. “Há, alegadamente bombeiros com três meses de salários em atraso, outros que supostamente não recebem pernoitas desde dezembro do ano passado e outros cujo subsídio de Natal foi pago a 50%”, lembrou Fernando Curto, referindo-se a situações que afetavam, na altura



► (esq. para dir.) Pablo Freitas, Carlos Figueira, Virgílio Berenguer, Fernando Curto e José Sargo na entrega do caderno reivindicativo ao vice-presidente da Assembleia Legislativa, Miguel de Sousa



► Fernando Curto entrega documento ao CDS



► O deputado do Partido pelos Animais e pela Natureza, recebe o documento



► Entrega do documento a Edgar Silva, da CDU

da concentração, os bombeiros das corporações de Ribeira Brava, Santana e Porto Santo.

A estes problemas acresce a alegada existência de “viaturas fora de serviço, sem seguro, paradas nos quartéis, além da falta de efetivos”. Fernando Curto apontou como exemplo a situação de Porto Santo onde “há, alegadamente, três bombeiros por turno”.

O arquipélago da Madeira tem

nove corporações de Bombeiros Voluntários e três Municipais. O número total de bombeiros profissionais não deverá chegar aos 400.

#### “Manifestação” de bombeiros garante apoio da oposição

A concentração dos bombeiros junto à Assembleia Legislativa da Madeira, pela reivindicação de direitos e de melhores condições de trabalho, reuniu o apoio dos parti-

dos da oposição.

Na véspera da iniciativa, o PCP-Madeira apelou à adesão popular e apontou a atual situação dos bombeiros da Madeira como “um dos muitos exemplos que atestam a extrema gravidade do panorama que se vive, a nível laboral, económico e social, na Região e no nosso país”. O PCP aludiu a questões como “a precaridade laboral, o risco de desemprego, os salários e subsídios

em atraso, a falta de investimentos em equipamentos e outros aspetos essenciais para o desempenho de missões”.

Também o Movimento Partido da Terra Madeira manifestou solidariedade para com as reivindicações dos bombeiros. À semelhança de ANBP/SNBP, o MPT manifestou defender também “uma única corporação na Região, com um único comandante e destacamentos”.

# Incêndios devastam Madeira

Ao longo de quase uma semana as chamas não deram tréguas aos bombeiros e às populações que lutavam para salvar os seus bens e os seus meios de subsistência. O incêndio, que começou a 18 de julho, afetou os concelhos do Funchal, Santa Cruz, Ribeira Brava e Ponta do Pargo. Nas freguesias da Camacha e Gaula (Santa Cruz) viveram-se momentos de pânico com a destruição de casas. Nesta última, chegou a falhar a eletricidade e a faltar a água, para desespero dos que viveram de perto esta tragédia. No concelho do Funchal, uma das situações mais dramáticas foi vivida em S. Gonçalo, onde centenas de pessoas foram retiradas das suas casas.

As forças no terreno apontavam a orografia acidentada, o material combustível e as condições meteorológicas, sobretudo o vento, como os principais inimigos. A alegada escassez de recursos humanos e a falta de meios aéreos contribuíram para tornar o cenário ainda mais preocupante. Os bombeiros não chegavam para os mais de 400 focos de incêndio que deflagraram ao longo de quase uma semana. Centenas de pessoas foram encaminhadas para abrigos improvisados.

Uma semana antes, a 13 de julho, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais chamou a atenção para a necessidade de aumentar o número de

efetivos nos corpos de bombeiros da Região Autónoma da Madeira, através de uma concentração que reuniu mais de uma centena de bombeiros profissionais da ilha. Este apelo surgiu um dia depois do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, declarara que haveria “bombeiros a mais” na ilha, ao que o presidente da ANBP, Fernando Curto, viria a responder que “provavelmente há é muitos comandantes e muitas chefias”.

A atuação da Proteção Civil regional, bem como a forma como se desenvolveu o combate aos incêndios na ilha foram sendo alvo de críticas vindas de vários quadrantes. Enquanto no terreno, a população perguntava pelos bombeiros, outros questionavam a inexistência de meios aéreos para ajudar os bombeiros no combate aos incêndios, lavrando, alguns deles, em locais inacessíveis por via terrestre.

Fernando Curto considera que, nestes incêndios “houve alguma dissipação de primeira intervenção que deveria ter sido acautelada em termos de coordenação e de utilização de meios aéreos”.

Ouvido pela Antena 1, no dia 21 de julho, e citado pelo jornal I, o presidente do Conselho Português de Proteção Civil lamentou que não tenham sido identificados, logo no início, os recursos a mobilizar. Considerou ainda “pertinente



a intervenção de meios aéreos de combate às chamas”.

Também o presidente da Quercus Madeira, Hélder Spínola, em entrevista ao Jornal Tribuna da Madeira de 20 de julho, defendeu que “o problema dos incêndios só pode ser minimizado com uma aposta severa na prevenção e vigilância, associada a um adequado dispositivo de primeira intervenção que intervenha de forma imediata sobre as situações de risco e sobre os focos de incêndio na sua fase inicial”.

## Força Conjunta na Madeira

A pedido do Governo Regional, o Governo Central disponibilizou 81 elementos especializados no combate aos incêndios florestais, que integrava elementos da GNR, Brigada de Intervenção para fogos e bombeiros voluntários. Foram transportados por um C-130 no dia 19 de Julho e regressaram ao Continente a 25 de Julho.

Na despedida desta Força Conjunta, o Governo Regional fez-se representar por Francisco Jardim Ramos. O respon-

sável pela proteção civil na ilha agradeceu a presença desta força na Madeira e considerou que “mostraram que são forças de elite de Portugal e que honram bem o nome de Portugal”.

Já o comandante da força conjunta, Vítor Cabrita, fez um balanço “extremamente positivo” da presença na Madeira. Em declarações à Agência Lusa, o responsável considerou que a força “cumpriu as missões que lhe foram atribuídas nos termos indicados pelo serviço Regional de Proteção Civil, nas várias áreas da ilha”.

## Bombeiros recebem louvores

ANBP/SNBP congratularam-se, em comunicado, com a atuação dos bombeiros, considerando “que apesar de verem os seus direitos beliscados e a sua dignidade atacada pela falta de condições de trabalho, não hesitaram em salvar pessoas e bens”.

Também dos vários quadrantes políticos surgiram votos de saudação. A Câmara Municipal do Funchal, numa comunicação no sítio da internet da autarquia, saudou “a ação, intervenção, abnegação e espírito de missão e sacrifício de todos os Bombeiros envolvidos no combate aos fogos que assolaram a Freguesia de São Gonçalo garantindo assim uma maior segurança às populações e seus bens e



haveres”. Também o PCP Madeira apresentou na Assembleia Legislativa um voto de saudação (o qual foi chumbado com os votos contra do PSD), onde referem que “há que ressalvar o papel desempenhado pelos bombeiros que, mesmo perante condições naturais extremamente adversas, mesmo confrontados com uma imensa e já

recorrente falta de meios de combate adequados às suas missões e especialmente perante uma grande incompreensão revelada pelo poder político relativamente às suas condições de trabalho (...) mostraram grande abnegação e espírito de missão no combate aos fogos e na defesa e segurança das populações”.

Já o CDS-PP apresentou um voto de congratulação, onde defende que “os Bombeiros da Região Autónoma da Madeira foram, mais uma vez, exemplos de coragem, dedicação e capacidade de entrega ao bem comum, não olhando a sacrifícios para acorrer a todas as situações para as quais foram chamados”.

# Incêndios na Madeira com suspeita de mão criminosa

Um homem de 37 anos, natural da Madeira, foi detido pela Polícia Judiciária no dia 26 de julho, por suspeita da autoria de incêndios de grandes dimensões, em apenas 15 dias. O homem já estaria referenciado pelas autoridades há mais de uma década, altura em que terá tentado entrar num curso de bombeiros na Calheta e não terá passado nos testes.

O homem é agora suspeito de ter ateado dois fogos no final de março, na freguesia de Ponta do Pargo e outro de grandes dimensões no dia 17 de Julho, que se propagou pelas freguesias de Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo e Achadas da Cruz. Ficou obrigado a apresentar-se às autoridades de dois em dois dias. Já an-

tes, a 20 de Julho, a PJ tinha detido um outro indivíduo de 50 anos, suspeito de ter provocado um incêndio florestal em Boaventura, em São Vicente.

Apesar da detenção destes suspeitos o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto receia que “a população da Madeira esteja a correr enormes riscos”. “Se não há meios aéreos, de combate, se há falta de bombeiros e de formação aos comandantes, se há pagamento de salários e de pernoitas em atraso, se temos casas distribuídas por toda a encosta, se as condições de intervenção falham, tudo isto coloca em risco qualquer região e qualquer país”, reconhece Fernando Curto.

Pub

**EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL**

www.etlda.pt

**3M** **Ansell**  
CENTURION ergodyne

**DuPont™ Tyvek™**  
**DuPont™ Nomex™**  
**DuPont™ Kevlar™**  
**FALL SAFE**

**FTG**  
SAFETY GEAR

**PELTOR™**  
**SCOTT™**  
HEALTH & SAFETY

**DUNLOP**  
**Physiaderm™**

**Sinalux®**  
**SecuBox2 SHIELD**

**et**

LISBOA  
R. Henrique Pavia Loureiro, nº 11/13  
Venda Nova - 2700-451 Amadora  
Tel.: +351 214 949 050 Fax: +351 214 940 015

PORTO  
R. Azinheta, nº4 - S. Cosme  
4420-037 Gondomar  
Tel.: +351 224 641 348 Fax: +351 224 641 332

# ANBP defende utilização de meios aéreos

Os incêndios que afetaram a Madeira na semana de 18 de julho trouxeram de novo à atualidade a utilização de meios aéreos no combate aos incêndios florestais na ilha da Madeira. A utilização deste tipo de meios sido sugerida pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.

O presidente da ANBP lembra que a instituição “desde sempre consi-derou uma mais-valia a intervenção dos meios aéreos na Madeira e os incêndios ocorridos nos últimos anos demon-stram a necessidade da sua utilização”. Fernando Curto considera ainda que “a Madeira tem locais onde o acesso dos bombeiros é praticamente impossível e onde a atuação de um helicóptero seria providencial”.

“É necessário repensar na malha operacional dos meios aéreos, a salvaguarda do patrimônio natural da Madeira e na ajuda aos bombeiros no teatro das operações.” Fernando Curto reconhece que a aquisição de um helicóptero tem custos, mas sublinha que “é um investimento necessário”. O presidente da ANBP considera que o meio a adquirir poderia ser rentabilizado, podendo ser usado sem ser nos incêndios florestais.

Ao argumento do Governo Regional de que não há condições técnicas para utilizar um meio aéreo, o responsável da ANBP contrapõe que “poderá

haver situações específicas em que os meios aéreos não possam intervir”, mas acrescenta que “as Canárias têm uma orografia não tão acentuada como a da Madeira, mas semelhante e usam meios aéreos”. Quanto aos “ventos cruzados” que poderão dificultar a ação dos meios, Fernando Curto lembra que “isso também a acontece no aeroporto e às vezes não é possível levantar voo ou aterrar durante algumas horas, mas não é permanente”.

## Partidos da oposição pedem esclarecimentos ao MAI

O partido ecologista “Os Verdes” entregou no dia 24 de julho, na Assembleia da República, um requerimento a solicitar ao Ministério da Administração Interna o envio urgente de todos os documentos que sustentam a decisão de não enviar meios aéreos de combate a incêndios para a Madeira. No documento, a que o Alto Risco teve acesso, “Os Verdes” defendem a necessidade de tornar pública “a base técnica em que os governantes se sustentam para decidir que na Madeira os meios aéreos de combate aos fogos florestais são ineficazes”.

No requerimento apresentado, o partido ecologista pede ao Ministério da Administração Interna “o envio de todos os dados, elementos, estudos, relatórios ou outros documentos que

sustentam a afirmação (decisão) do Sr. Ministro da Administração Interna que os meios aéreos de combate a incêndios florestais são ineficazes na Região Autónoma da Madeira”.

Já o grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República já requereu uma reunião com o ministro da Administração Interna Miguel Macedo para que se debata a capacidade do país para fazer frente a estas situações. O deputado António Filipe, de visita às zonas fustigadas pelos incêndios na Madeira, considerou ser incompreensível a não utilização dos meios aéreos no combate aos incêndios.

Também o presidente do Partido Socialista da Madeira, Vítor Freitas, numa visita às zonas afetadas no Funchal e Santa Cruz considerou que a questão da utilização dos meios aéreos volta a colocar-se, acrescentando que “no Funchal, se tivéssemos, desde o início, atacado o fogo com meios aéreos, não teria atingido estas proporções” (DN Madeira, 19 de Julho).

Já o CDS-PP Madeira apresentou, no dia 30 de julho, à 3ª Comissão de Ambiente e Recursos Naturais da Assembleia Legislativa um projeto de resolução sobre os meios de prevenção e combate aos fogos florestais. No documento, é feita uma recomendação ao Governo Regional para que “faça

um estudo exaustivo, com caráter de urgência, sobre a possibilidade de utilização de meios aéreos no combate e detecção de fogos na Região” e que “apresente, a esta assembleia, o estudo que diz ter em sua posse e que desaconselha a utilização de meios aéreos”.

O CDS-PP recomenda ainda ao Governo Regional que “faça um levantamento exaustivo de todos os meios ao dispor das corporações de bombeiros da Região Autónoma da Madeira, bem como as condições de operacionalidade dos mesmos”, solicitando ainda que “apresente, num espaço de tempo muito curto, um plano de pagamentos das verbas em atraso a todas as corporações de bombeiros da Região Autónoma da Madeira, moderando a incerteza em que vivem aqueles que, nos últimos dias, salvaram as vidas de muitos madeirenses”.

## Turistas questionaram falta de meios aéreos

O combate aos incêndios na Madeira obrigou a bloquear estradas utilizadas pelos turistas para conhecer a ilha. Em declarações à agência Lusa, alguns turistas perguntavam pelos meios aéreos, sugerindo “se Portugal está em crise, peçam, ajuda à união Europeia para salvar este património que é da humanidade e não só da Madeira”.

# Avaliação de meios aéreos

O representante da República para Madeira defendeu, a 21 de julho, a atualização de um estudo sobre a utilização de meios aéreos no arquipélago. O documento existente conta já 40 anos e foi realizado pelo primeiro titular deste cargo na região.

Em declarações à Agência Lusa, o juiz- conselheiro Ireneu Barreto avançou que “ como esse estudo tem cerca de quatro décadas, pretendo promover agora, com o auxílio das autoridades competentes, uma atualização dessa análise para, vermos se é objetivamente apropriado e efetivamente eficaz o uso desses meios na Madeira”.

Ireneu Barreto sublinhou que o seu desejo é abordar esta questão “com calma e sem qualquer tipo de polémicas” realçando que “não vale a pena gastar uma fortuna para levar meios aéreos ao arquipélago e depois chegar à conclusão que são inoperacionais”.

## Autarca do Funchal defende "estudo sério"

Um estudo “sério sobre as necessidades de proteção civil e das cor-

parações de bombeiros da Região" é também o que defendeu o presidente da Câmara Municipal do Funchal. Em declarações à RTP, no dia 19 de Julho, Miguel Albuquerque defendeu que a falta de meios aéreos é um assunto que deve ser estudado de forma séria, procurando saber se é eficaz o uso desses meios. O autarca considera que o tema é indissociável das necessidades da proteção civil e das corporações de bombeiros na região, sendo preciso averiguar "se é mais eficaz ter os custos canalizados para os meios aéreos ou ter esses custos canalizados para maior profissionalização dos corpos de bombeiros voluntários".

## Parecer da Universidade de Coimbra

A orografia acidentada do território da Madeira tem sido um dos argumentos do Governo Regional para considerar desadequado o recurso ao meio aéreo. Foi também a razão utilizada pelo PSD em Maio passado, para chumbar, na comissão parlamentar de Recursos Naturais e Ambiente,

um projeto de resolução, proposto pelo CDS/PP e apoiado por toda a oposição, que recomenda ao Governo Regional a “adoção de uma política integrada de combate aos fogos florestais” e que tinha como objetivo principal a utilização de meios aéreos. O presidente da Comissão, Vicente Pestana, justificou a recusa mencionando um estudo elaborado pelo diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Luciano Lorenzo.

O parecer, encomendado pelo Governo Regional da Madeira na sequência dos incêndios que deflagraram em Agosto de 2010, defende que a resolução do problema dos incêndios não passa pela adoção de medidas par-

## Petição pelos meios aéreos

Milhares de pessoas assinaram a petição pública a favor da utilização imediata de meios aéreos para o combate aos incêndios que assolam a Madeira. A petição pode ser consultada em [www.peticaopublica.com](http://www.peticaopublica.com)

**LOJA VETERINÁRIA**  
 Farmácia Veterinária Veterinária  
 Av. da Universidade Técnica  
 1800 - 477 LISBOA  
 Telef. 912 202 204  
 veterina@lojaveterina.com  
 Seg. a Sex. das 09h. às 18h.

**LOJA ATLÂNTICA**  
 Universidade Académica  
 Faculdade de Ciências do Ambiente  
 1700 - 016 2002 LISBOA  
 Telef. 912 208 373  
 atlantica@lojaveterina.com  
 Seg. a Sex. das 09h. às 20h.

**LOJA SANTOS**  
 Av. D. Carlos I, 108  
 2000 - 481 LISBOA  
 Telef. 914 078 246  
 Santos@lojaveterina.com  
 Seg. a Sex. das 09h. às 20h.  
 Sábado das 09h. às 18h.

**LOJA PRÍNCIPE REAL**  
 TULUM  
 Praça do Príncipe Real, 27  
 1200 - 106 LISBOA  
 Telef. 91 200 033  
 loja.principe@lojaveterina.com  
 Seg. a Sex. das 09h. às 20h.

# 12 resmas de cópias por dia

"Tudo o que o meu centro de cópias  
 deve ter...  
 ...é muito mais!"

**A4**

**Campanha cópia**

**PREÇO BOMBA**

**0,02**  
CÓPIA P/B

**0,25**  
CÓPIA COR

300x420 a 300dpi

**MAIS SERVIÇOS**

**MELHOR QUALIDADE**

**MAIOR RAPIDEZ**

**copiânico**

**o nosso e-mail**

**36h**

[illegible]



## ANBP processa Alberto João Jardim

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais vai interpor um processo-crime contra o presidente do Governo Regional da Madeira. Em causa, estão as declarações feitas por Alberto João Jardim, no dia 24 de julho, sobre “estranha coincidência” de os incêndios no arquipélago terem ocorrido após os seus comentários sobre os bombeiros.

Numa visita aos locais afetados pelas chamas, o chefe do executivo madeirense afirmou que os incêndios provocaram um cenário “dantesco”. Questionado pelos jornalistas se a situação poderia ter sido evitada se houvesse mais bombeiros, o governante respondeu que não. “Sobre os bombeiros que existem, mantenho o que disse há dias.

Aliás, é uma coincidência estranha, depois do que disse, isto acontecer”

O presidente da ANBP, Fernando Curto, reagiu a este comentário. “Depois dos bombeiros terem estado a trabalhar todos estes dias nos incêndios da Madeira, onde nalguns casos, como a Ribeira Brava, os profissionais têm salários em atraso, em Porto Santo já não recebem pernoitas desde Dezembro do ano passado e noutras associações os bombeiros estão a receber apenas 50% do vencimento, o Dr. Alberto João Jardim faz estas afirmações”, diz Fernando Curto. O presidente da ANBP acrescenta que o que está em causa é “todo o trabalho que os bombeiros fizeram e, por isso, achámos por bem recorrer à justiça”.

## Aprovada audição parlamentar sobre incêndios na Madeira

Os deputados da Comissão de Recursos Naturais e Ambiente da Assembleia Legislativa da Madeira aprovaram, por unanimidade, no dia 30 de julho, um pedido de audição parlamentar sobre os incêndios. De acordo com o presidente da 3ª comissão especializada permanente, Vicente Pestana, ouvido pelos jornalistas, o pedido, da autoria do PSD, contempla a presença no Parlamento regional dos secretários do Ambiente e Recursos Naturais, Manuel António Correia e dos Assuntos Sociais, Francisco Jardim Ramos.

De acordo com a Agência Lusa, a iniciativa prevê ainda a audição dos responsáveis regionais dos bombeiros, Instituto de Meteorologia e Proteção Civil e da Associação de Municípios da Madeira. O pedido de audição é justificado pelo PSD com a “dimensão dos incêndios que assolaram a Madeira no mês de julho”, que “configurou

uma situação extraordinária que dificilmente haverá registo específico” na história da região.

Na mesma reunião foi chumbado o projeto de resolução do PCP sobre a “urgente necessidade de disponibilização de medidas de apoio a fundo perdido para fazer face às graves situações resultantes dos incêndios”. De acordo com Vicente Pestana, o projeto foi rejeitado porque “esses apoios estão a ser implementados e têm sido suficientemente publicitados”.

No projeto de resolução, o deputado da CDU Edgar Silva recomendava à Assembleia da República e ao Governo Central para que equacionassem “linhas de apoio excecionais a fundo perdido” defendendo ainda que “os bombeiros necessitam urgentemente de meios eficazes e adequados que contribuam para potenciar e rentabilizar as suas atividades” quer no combate, quer na prevenção.

## madeira

## Críticas “incendeiam” Assembleia Legislativa

No rescaldo dos incêndios na Região Autónoma da Madeira, multiplicaram-se as acusações e críticas mútuas na reunião da Assembleia Legislativa do dia 25 de julho.

Do lado do PSD Madeira, a deputada Nivalda Gonçalves começou por censurar os que fazem “aproveitamento político e demagógico da tragédia, que teimam em levantar dúvidas e suspeitas sobre bombeiros cansados e humanamente dedicados até à exaustão”. Considerou ainda que os responsáveis do CDS e PS se deslocaram aos locais afetados pelos fogos “para a fotografia”, em alguns casos “atrapalhando” as intervenções de combate, reconheceu o empenho de todas as forças e populares que estiveram e estão no terreno e sustentou que esta é hora de “ações de solidariedade que precisam de grande coordenação, sem política envolvida”.

O líder parlamentar do PS-M, Carlos Pereira, considerou que “o sentido de responsabilidade” evidenciado pelos bombeiros envolvidos no combate aos incêndios “contrastou com o comportamento do presidente do Governo”.

Apontou também ter existido “um desastre de coordenação no combate aos fogos” e censurou as atitudes

do presidente do Governo quando “atizou a população contra potenciais incendiários”, chegando a “insinuar que os bombeiros seriam os causadores dos incêndios”. Recordou que o presidente do “Governo Regional foi ostensivamente insultuoso com os bombeiros”.

Por sua vez, o líder parlamentar do CDS/PP, Lopes da Fonseca, falou de “falta de respeito” de Jardim para com os bombeiros,

O deputado do CDS/PP Lino Abreu rejeitou também as suspeições levantadas contra os bombeiros e disse que “o presidente do Governo Regional andou a ver as zonas do fogo quatro dias depois, mas fugiu do povo”, e deixa a questão “para quando o plano de emergência regional para os incêndios que está em estudo há dois anos?”.

Já Roberto Vieira (MPT) perguntou, entre outros aspetos, se afinal “há muitos ou poucos bombeiros” na região, se os “meios aéreos são úteis”, “qual a motivação dos bombeiros quando têm ordenados em atraso” e criticou o comportamento do presidente do município de Santa Cruz, pois “deixou o concelho a arder e foi para banhos no Porto Santo”.

Alto Risco com Lusa

## Campanha de solidariedade

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, através do Secretariado Regional da Madeira, lançou uma campanha de solidariedade, a 19 de julho, para ajudar as pessoas afetadas pelos incêndios que assolaram a ilha.

A iniciativa tem como objetivo angariar, junto da população e das empresas regionais, materiais para a construção e reparação de habitações (cerca de 20 casas ficaram totalmente destruídas), géneros alimentares e vestuário.

## Autarca do Funchal defende reorganização do socorro

Os incêndios na ilha da Madeira trouxeram o tema da proteção civil de volta à atualidade. O presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Albuquerque, defendeu uma reorganização de todo o sistema de Proteção Civil na Madeira e reorganização dos meios de socorro em função das infraestruturas existentes. O presidente da autarquia defendeu ainda que, es-

tando a decorrer a elaboração do Plano Regional de Emergência, este deve ser um momento de reflexão séria sobre a questão.

Numa reação a estas palavras, um comunicado assinado pelo Secretário dos Assuntos Sociais, Jardim Ramos, considerou que as afirmações de Miguel Albuquerque foram motivadas pela “ânsia de protagonismo”.

## Bombeiros de Ribeira Brava foram à festa após saída de Alberto João Jardim

A Festa Solidária dos Amigos dos Bombeiros da Ribeira Brava, realizada na Marina do Lugar de Baixo, a 28 de julho, contou com a presença de vários elementos da corporação homenageada. No entanto, os bombeiros só compareceram no recinto após a saída do presidente do Governo Regional da Madeira.

De acordo com o Diário de Notícias da Madeira, “a associação quis deixar claro que apreciou a iniciativa e, se não compareceu mais cedo, não foi apenas por razões de serviço, mas sim por uma série de declarações de Alberto João Jardim”.

A ausência dos bombeiros, no início do evento, causou estranheza, uma vez que a festa tinha como objetivo angariar fundos para ajudar a Associação de Bombeiros da Ribeira Brava, onde há ordenados em atraso. Um dos organizadores terá justificado a ausência

com o facto de os bombeiros estarem de serviço.

Já o presidente do Governo Regional, que compareceu no evento, citado pelo Diário de Notícias da Madeira (online), justificou a ausência por estarem de serviço “com o rali”. Alberto João Jardim adiantou, no entanto, que “eu não vim aqui cumprimentar os bombeiros. Vim aqui felicitar um grupo de cidadãos privados que tomou uma iniciativa de ajudar a Associação Humanitária”.

Ainda de acordo com o DN Madeira, quando questionado sobre se esta poderia ser uma forma de protesto, depois de ter sido vaiado por bombeiros na inauguração de uma ponte na Ribeira Brava, Alberto João Jardim negou os acontecimentos, referindo que o que aconteceu foi “o habitual grupo de zaragateiros conhecidos”, apoiado pela comunicação social e suas “garotas”.



## algarve

D.R.



# Chamas geram pânico no Algarve

O Algarve voltou a viver momentos de grande tensão devido aos incêndios. Ao longo de 75 horas, as chamas percorreram mais de 70 quilómetros e consumiram perto de 30 mil hectares de floresta, nos concelhos de Tavira e de S. Brás de Alportel. O concelho de Tavira foi um dos mais afetados pelas chamas, estimando-se que cerca de um terço do seu território tenha ardido. Em São Brás de Alportel várias pessoas foram retiradas das suas habitações e muitas casas foram consumidas pelas chamas. Milhares de hectares de terrenos ficaram destruídos. Duas viaturas da Guarda Nacional Republicana arderam.

No terreno chegaram a concentrar-se 1043 homens no combate às chamas, apoiados por 253 meios, entre veículos, helicópteros e aviões. Estiveram envolvidos nesta ação corporações de Leiria, Aveiro, Porto, Lis-

boa e Setúbal. O trabalho dos bombeiros foi dificultado pelos ventos fortes (acima dos 30 km/h), a baixa humidade e as altas temperaturas.

Apesar do número de meios envolvidos, o autarca de S. Brás de Alportel, António Eusébio, apontou falhas no combate aos incêndios, nomeadamente o atraso da chegada dos bombeiros a alguns locais.

Relativamente às falhas na coordenação das operações apontadas, o Comandante Nacional de Operações de Socorro assegurou a 23 de Julho, após os incêndios estarem controlados, que “houve coordenação operacional e institucional, tal como houve comando adequado ao desenrolar de toda a situação”. Uma afirmação que surgiu um dia depois de ter reconhecido que “houve falhas” e de ter assumido um erro na avaliação do incêndio.

A atuação da Autoridade Nacional de Proteção Civil foi também alvo de críticas da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Além da “descoordenação”, o presidente da ANBP aponta a “falta de formação de alguns comandantes no terreno”. Fernando Curto indica como exemplo o que acontece em “Viseu, Santana ou Viana, onde há bombeiros profissionais a serem chefiados por comandantes voluntários”. “É uma hierarquia errada”, remata.

### Governo pediu relatório de incêndios

O Governo criou um grupo constituído pelos vários ministérios para analisar os incêndios e liderado pelo ministro-adjunto e dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas. Também o Ministério da Administração Interna pediu um “relatório

pormenorizado” sobre “os meios humanos e materiais envolvidos, fases de empenhamento dos mesmos, grau de desempenho de meios empregues e eventuais falhas na coordenação e avaliação dos meios envolvidos a cada momento”.

### Portugal acionou PRODER

O Governo Português acionou o Programa de Desenvolvimento Regional (PRODER) para apoio às zonas afetadas pelos incêndios. De acordo com a Ministra da Agricultura e Ordenamento do Território, Assunção Cristas, em declarações à Agência Lusa, serão “100 milhões de euros que estão disponíveis. Aqui há medidas em concreto para apoio ao pós-incêndio, limpezas, tratamento das florestas, recolha dos materiais queimados. Depois há medidas para a re-florestação”, rematou

## Ajuda a bombeiros

Os incêndios no Algarve obrigaram à mobilização de cerca de 1000 bombeiros, de todo o país. A longa “batalha” dos soldados da paz contra as chamas gerou vários apelos à população para a entrega de alimentos e bebidas aos bombeiros no Teatro das Operações. Um destes apelos surgiu dos Bombeiros Voluntários de Beja; outro, da Câmara Municipal de Tavira, através da sua página do Facebook.

Ao quartel dos Bombeiros Municipais de Tavira chegaram 60 toneladas de alimentos e bebidas entregues por

particulares e empresas, entre garrações de água, sumos, embalagens de leite, refrigerantes, sandes diversas, conservas, carnes enlatadas, bolachas e fruta.

De acordo com a Agência Lusa, também a Cáritas Portuguesa lançou uma campanha nacional de solidariedade para com as vítimas dos incêndios no Algarve e da Madeira, que perderam as suas habitações. Até ao dia 30 de julho, foram recolhidos 5.050,31€. A campanha decorre até ao dia 20 de outubro.

## Incêndio assusta Lagos

Depois dos incêndios que afetaram S. Brás de Alportel e Tavira, no dia 30 de Julho foi a vez do concelho de Lagos viver momentos de pânico. As chamas afetaram a vila de Bensafim e destruíram duas casas desabitadas.

O incêndio eclodiu pelas 12h57 e foi dominado pouco depois das 20h00. No combate às chamas estiveram uma centena de bombeiros, três helicópteros e dois aviões bombardeiros médios anfíbios.

## Bombeira de Abrantes morre a caminho de incêndio

Cinco bombeiros dos Voluntários de Tondela ficaram cercados pelas chamas que lavraram na Serra do Caramulo, a 28 de julho, quando a viatura de combate a incêndios em que seguiam tomou na estrada. O acidente ocorreu junto à povoação de Carvalhinho.

Os ocupantes do veículo acidentado

foram salvos pelas descargas de água dos meios aéreos, não sofrendo ferimentos.

Este incêndio levou à mobilização de perto de 170 operacionais, apoiados por 44 viaturas, uma helicóptero bombardeiro pesado e dois aviões bombardeiros médio anfíbios.

## Incêndio em Tondela cerca bombeiros

Cinco bombeiros dos Voluntários de Tondela ficaram cercados pelas chamas que lavraram na Serra do Caramulo, a 28 de julho, quando a viatura de combate a incêndios em que seguiam tomou na estrada. O acidente ocorreu junto à povoação de Carvalhinho.

Os ocupantes do veículo acidentado

foram salvos pelas descargas de água dos meios aéreos, não sofrendo ferimentos.

Este incêndio levou à mobilização de perto de 170 operacionais, apoiados por 44 viaturas, uma helicóptero bombardeiro pesado e dois aviões bombardeiros médio anfíbios.



## MAI ouvido no parlamento sobre incêndios no Algarve

O Ministro da Administração Interna esteve na Comissão Parlamentar da Agricultura e Mar, no dia 31 de Julho, para explicar o dispositivo envolvido no combate aos incêndios na Madeira e no Algarve.

A audição de Miguel Macedo surgiu na sequência de um requerimento do Partido Comunista Português.

O ministro afirmou, no Parlamento, que o dispositivo para combater os incêndios florestais é suficiente, não havendo necessidade de dotação de mais meios, “salvo em situações verdadeiramente excepcionais”.

Miguel Macedo negou ainda que a estrutura de comando dos bombeiros esteja fragilizada e apesar das críticas à falta de coordenação no incêndio do Algarve, o ministro disse manter a confiança no dispositivo no terreno. O governante recordou que está a decorrer uma investigação para apurar porque é que o incêndio se prolongou por mais de três dias.

De acordo com o responsável da tutela, o fogo no Algarve levou à intervenção, entre os dias 18 e 22 de julho, de 2750 operacionais, 17 meios aéreos (onde se incluem os canadairs vindos de Espanha), 19 máquinas de rasto e dez pelotões militares. Garantiu também que no combate

aos fogos de Tavira esteve o maior dispositivo de sempre.

Miguel Macedo revelou ainda na Comissão que as corporações de bombeiros que combateram os incêndios neste concelho e em S. Brás de Alportel receberam, em conjunto, um adiantamento de 154 mil euros. O ministro garantiu fazer, no final da época de incêndios, uma avaliação da situação “mais extensa, transversal e completa do que aquela que foi feita em 2011”.

Miguel Macedo informou ainda que aguarda as conclusões do relatório da Autoridade Nacional de Proteção Civil para analisar se alguma coisa falhou no combate aos incêndios. Admitiu, no entanto, que há muito que fazer no que toca à prevenção. “Falta fazer no que diz respeito à ordenação do território, na fixação da população no interior, na limpeza das matas e nas faixas de separação”, concluiu.

Em relação aos incêndios que afetaram a Madeira, o deputado José Luís Ferreira, do Partido Ecologista Os Verdes, questionou a decisão do Governo de não enviar meios aéreos para a ilha. O Ministro respondeu que “o Governo acionou os meios solicitados pela proteção civil da Madeira”.

## opinião



# As contradições do Sr. Presidente da LBP

No dia 21 de julho de 2012, antes de chegar a acordo com o Governo sobre o transporte não urgente de doentes (o que aconteceu a 3 de agosto),

o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses falava à RTP, no espaço de informação “Grande Jornal”, na RTP Informação.

Jaime Marta Soares comentava assim a conferência de Imprensa dos bombeiros municipais de Viseu, ocorrida no dia anterior, em Viseu:

**“Tenho dificuldade em entender o Sr. presidente da ANBP e digolhe porquê. Não sou sindicalista, nem efetivamente, presidente de uma associação de classe, muito menos de uma força corporativa. Quem não se envolve neste tipo de coisas, nunca tem possibilidade de entender o que diz o sr. presidente da ANBP. Claro que o objetivo dele é pró-sindicalista de associação de classe”.**

Já no que diz respeito aos problemas que afetam a corporação e o socorro na cidade, o presidente da LBP considerou:

**“Nada é perfeito. Há com certeza falta de efetivos e poderá haver de equipamento, não sei se é o caso de Viseu. Mas tudo isto tem que ser como o sal na comida “nem de mais nem de menos”. E estas coisas devem fazer-se, encontrando-se soluções para elas, e estou convencido de que não há nenhum presidente de câmara deste país (que tem a responsabilidade estatutária da qualidade de vida dos cidadãos), que descure a sua segurança. São problemas muito localizados, às vezes precipitam-se em determinadas intervenções para a comunicação social, à procura de algum protagonismo, e que às vezes dão maus resultados. Penso que não é o melhor caminho. Tenho até estima pelo sr. presidente da ANBP, mas não gosto da forma como ele**

**atua em determinados casos”.**

No mesmo dia e na mesma intervenção, Jaime Marta Soares, que criticara a opção da ANBP de fazer uma conferência de imprensa em Viseu para reivindicar melhor socorro para a cidade, acaba a sua entrevista anunciando, no órgão de comunicação social RTP, uma “jornada de luta”!

“Hoje (dia 21 de julho) ficou aprovado por unanimidade de que se o governo não inverter este caminho(...), vamos encetar jornadas de luta(...)Temas datas bem definidas: 18 de agosto, com manifestações de viaturas e pessoal em Lisboa, Porto, Coimbra e Faro. Se não conseguirmos concretizar com o governo haverá uma paralisação total de qualquer prestação de serviço de socorro de doentes não urgentes em ambulância (...) nos dias 5, 6 e 7 de setembro.”

A curiosidade desta situação é que, afinal, parece que não é só a ANBP que tenta fazer ouvir as reivindicações dos bombeiros que representa através da comunicação social. Também a LBP aproveitou a sua intervenção, em direto, na RTP para anunciar a sua manifestação de descontentamento. E esta situação não será a tal “procura de algum protagonismo”?

É devido a estes paradoxos que o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais também tem “grande estima” pelo senhor presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, mas não gosta “da forma como ele atua em determinados casos”.

*A Direção Nacional*

O Instituto Nacional de Emergência Médica tem um novo Sistema de Triage Médica – o Telephonic Triage and Counseling System (Tetricosy). De acordo com uma nota de imprensa do INEM, o TETRICOSY está em funcionamento nos CODU do instituto desde o dia 9 de Maio. Tem como objetivo a avaliação rápida das condições clínicas das vítimas, de forma a estabelecer prioridades no acionamento dos meios de emergência médica. “Ao sistematizar-se com algoritmos, todo o processo de triagem, aconselhamento e acionamento de meios de socorro, aumenta-se significativamente a objetividade do trabalho efetuado pelos CODU do INEM. Este novo sistema traz maior segurança, uniformidade, rapidez e possibilidade de auditoria ao trabalho efetuado pelos CODU do INEM”.

Entre as vantagens deste novo sistema, destaca-se ainda a “maior objetividade e padronização no atendimento das chamadas de emergência”.

O comunicado explica que depois de corretamente identificada a localização da situação e dados genéricos sobre a vítima - género e idade aproximada - o Operador do CODU começa por verifi-

car a eventual existência de situações de maior gravidade e tem acesso aos algoritmos de triagem que vão encaminhá-lo, de uma forma padronizada e sistemática, na triagem telefónica. Cada um dos algoritmos está assente em grupos e subgrupos, com perguntas e respostas e, dependendo da sua sequência, é atribuído um peso de gravidade à situação e definidas as prioridades de acionamento de meios e os eventuais aconselhamentos que sejam adequados.

Nos primeiros segundos e assim que há informação que justifique o envio de uma ambulância, a mesma é acionada. Se entretanto, no decorrer do processo de triagem, surjam dados que indiquem maior gravidade, é acionado um outro meio de emergência, mais diferenciado.

O TETRICOSY® foi desenvolvido pelo INEM e validado pelo Colégio de Competência em Emergência Médica da Ordem dos Médicos. O TETRICOSY® foi patenteado pelo INEM junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial e está atualmente traduzido em inglês, francês e espanhol, permitindo a realização da triagem telefónica nesses idiomas, caso seja necessário.

## notícias

# Beneficiários do RSI vão ser vigilantes florestais

Perto de três dezenas de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), residentes no concelho de Vila Nova de Gaia, estão desde o mês de Julho, a vigiar a floresta.

A autarquia de Gaia é assim uma das primeiras a pôr em prática a intenção do governo de colocar os beneficiários do RSI a desempenharem atividades socialmente úteis. O projeto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Gaia e o Instituto de Emprego e Formação Profissional e tem

uma duração prevista de três meses, estendendo-se até 15 de Outubro.

Os 28 novos vigilantes florestais vão ter o município “debaixo de olho” a partir de 12 pontos estratégicos, focando a atenção em 11 freguesias com maior área florestal, e farão rondas pelas matas. Os elementos que participam deste projeto têm, no mínimo, o 9º ano de escolaridade e cumprem funções na freguesia onde residem. Receberam formação nos Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia.

# Governo e LBP chegam a acordo

O Governo e Liga dos Bombeiros Portugueses chegaram a acordo no doa 3 de agosto sobre o transporte de doentes não urgentes. O memorando de entendimento assinado contempla uma nova lei de financiamento e um apoio mensal destinado às despesas extra da corporação.

Foi ainda decidido rever a nova legislação para o transporte de doentes. Até junho de 2015 os concursos públicos para a entrada em vigor da viatura simples vão estar suspensos. O governo pretendia introduzir esta viatura no novo transporte

de doentes para que este ficasse mais barato, mas o ministro da saúde acabou por ceder.

A LBP desconvocou a manifestação marcada para agosto e os três dias de greve agendados para setembro.

Esta foi a primeira reunião que juntou à mesma mesa o Ministro da Administração Interna, o Ministro da Saúde e a Liga dos Bombeiros. Neste encontro ficou ainda decidido criar um grupo de trabalho para encontrar uma solução para este “conflito” entre governo e bombeiros.



# Acidente faz quatro feridos

Quatro pessoas ficaram feridas num acidente de viação, a 1 de Agosto, na Estrada Nacional 313, em Vila Seca de Poiares. O choque frontal entre duas viaturas levou ao acionamento dos Bombeiros Voluntários de Peso da Régua. De acordo com o comandante António Fonseca, “todas as quatro vítimas estavam fora das duas viaturas envolvidas no acidente frontal”. Foram assistidas pelas equipas de bombeiros, VMER de Vila Real e Suporte Imediato de Vida de Lamego. Além destas viaturas, no local do acidente estiveram 14 bombeiros, cinco viaturas e GNR do Peso da Régua.

# 200 bombeiros combateram incêndio em Sintra

Poucos dias depois do início da fase Charlie, o Distrito de Lisboa registou uma ocorrência grave. A 11 de julho um incêndio de grandes dimensões na Serra de Sintra obrigou à intervenção de duas centenas de bombeiros e cinco meios aéreos. O vento forte foi o grande inimigo no combate às chamas, que se prolongou por três horas.

De acordo com o Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, o incêndio deflagrou pelas 14h30, perto da Quinta da Capela. O foco de incêndio terá sido detetado através da vi-

deovigilância do Palácio da Pena. Foi acionado um helicóptero bombardeiro pesado para ajudar a dominar a única frente ativa então existente. O surgimento de uma segunda frente levou a que fossem acionados mais dois helicópteros e dois aviões bombardeiros.

Por precaução, o Palácio da Pena, o Castelo dos Mouros e o Convento dos Capuchos foram evacuados.

O incêndio acabou por ser dominado às 17h28. Dois bombeiros sofreram ferimentos ligeiros nos braços, tendo recebido assistência hospitalar.

# PJ detém mais dois suspeitos de fogo posto

Uma mulher e um jovem foram detidos, dia 3 de Agosto, pela Polícia Judiciária por suspeita da autoria de pelo menos quatro incêndios florestais na zona de Ponte de Sor, distrito de Portalegre.

A mulher, de 24 anos é suspeita de ter atestado um incêndio no passado dia 5 de Julho que acabou por destruir “quatro hectares de montado de sobre e eucaliptal de um extenso espaço florestal”, indica a PJ em comunicado. A mulher terá agido por “razões fúteis de vingança”, sublinha a polícia.

Um jovem, de 17 anos foi também detido por suspeita de fogo posto no concelho de Ponte de Sôr. O rapaz terá atestado três incêndios em espaço florestal, nos dias 15, 18 e 26 de Julho.

Os fogos consumiram vários hectares de montado de sobre, eucaliptais, pinhais e olivais. Um dos incêndios, de acordo com a PJ, “decorreu durante dois dias e destruiu cerca de 1200 hectares de área florestal e envolveu mais de sete centenas de bombeiros e diversos meios terrestres e aéreos”.

# Apenas sete incendiários cumpriram pena de prisão

Mais de 170 pessoas foram condenadas por crime de incêndio florestal, entre os anos de 2008 e 2010, mas apenas sete cumpriram pena efetiva.

A maior parte das pessoas condenadas têm entre os 40 e os 49 anos.

Os dados do Ministério da Justiça, divulgados pela Agência Lusa, referem que a maioria dos castigos aplicados foi multas, seguidas da “pena suspensa com regime de prova” e da pena suspensa simples. Em nenhum dos casos estas penas foram substituídas

pela prestação de trabalho comunitário.

De acordo com a mesma informação, o número de condenados por crime de incêndio florestal baixou entre 2008 e 2009, passando de 60 para 50 pessoas. Um número que em 2010 voltou a subir para 64.

Os números referentes a 2011 ainda não estão disponíveis, mas sabe-se que já durante este ano a Polícia Judiciária prendeu 24 suspeitos de fogo posto.



# INEM tem novo sistema de triagem médica

## simulacro



# Sapadores de Coimbra participaram em simulacro de sismo

A equipa de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra participou no "1º SIMULACRO INTERNACIONAL DE ACTUACIÓN ANTE TERRAMOTOS", que decorreu nos dias 22 e 23 de junho de 2012, em Algemes, Valencia, Espanha.

O cenário criado simulava a ocorrência de um terramoto de magnitude de 7.0, que destruiu grande parte dos edifícios, de hospitais e prisões, afetando 1.529.000 habitantes de 41 Localidades. Perante o cenário, a Espanha pediu ajuda internacional à Organização das Nações Unidas, que solicitou intervenção da CBS Coimbra. Foi ainda aplicado o Projeto Europeu PATCH/União Europeia, que estabelece protocolos e Procedimentos para a Proteção do Património Cultural em Caso de Sismo, uma vez que entre os edifícios afetados estavam monumentos e edifícios históricos.

O simulacro teve início às 19h00 e as equipas USAR foram colocadas em localidades situadas num raio de 20km em edifícios parcialmente ou totalmente colapsados. Prolongou-se por 24 horas de trabalho contínuo, obedecendo às normas INSARAG/Nações Unidas.

A CBS Coimbra montou e operou o Posto de Comando 4, efetuou busca e resgate em escombros e edifícios colapsados sendo necessário recorrer à Busca Canina e Eletrónica, abertura de acessos nos variados tipos de estruturas, movimentação de cargas e resgate de vítimas em espaços confinados.

O simulacro teve ainda como finalidade testar a capacidade das equipas nas vertentes técnicas, físicas e psicológicas. Contou com a participação de elementos de Espanha (organização), Portugal, Alemanha, Holanda, França e Itália, com 180 Operacionais BREC, 50 de emergência hospitalar, 80 de proteção civil,



80 elementos da Cruz Vermelha, 15 veterinários, seis elementos para apoio logístico e 30 observadores.

A CBSC integrou na sua Equipa 10 elementos da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, quatro do Grupo Operacional Cinotécnico da Unidade Especial de Polícia (PSP-Lisboa), cinco Bombeiros Voluntários

de Coimbra, dois Bombeiros Voluntários de Brasfemes, dois Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, dois Bombeiros Voluntários de Penacova, um Bombeiro Voluntário de Penela, num total de 26 elementos. No Teatro de Operações recebeu um reforço de sete elementos dos Bombeiros Voluntários de Famalicão.



# 11 de setembro

# Figueira da Foz recebe Dia do Bombeiro Profissional

A cidade da Figueira da Foz é a anfitriã da 5ª edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional., assinalado no dia 11 de Setembro. Sucede, assim, a Loulé (2011), Coimbra (2010), Lisboa (2009) e Setúbal (2008).

Na Avenida Saraiva de Carvalho vai estar uma formatura composta por bombeiros profissionais de todo o país, organizada em duas companhias, num total de três centenas de homens.

A cerimónia vai contar com a presença do Ministro da Administra-

ção Interna, Miguel Macedo, e com o presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, a quem o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais vai entregar a Medalha de Mérito da ANBP.

O Dia Nacional do Bombeiro Profissional é, de acordo com a organização, “uma cerimônia que pretende homenagear todos os que se dedicam, de forma abnegada, a esta profissão e todos os que faleceram no cumprimento da sua missão”.



► O Ministro Miguel Macedo esteve presente nas comemorações do 11 de Setembro em 2011, em Loulé



Pub



**HÁ ONZE ANOS O CAFÉ DE CONFIANÇA DOS PORTUGUESES**

Há onze anos que os portugueses confiam no café que os deixa mais contentes pela manhã, mais despertos para as alegrias de todos os dias e mais satisfeitos no final de cada jantar. Há onze anos que os portugueses confiam no Café Delta. Obrigado, Portugal.



**A verdade do café.**

# Há só uma terra, mas muitas formas de viver o **conforto!**

Com algum cuidado e um bocadinho de bom senso é fácil contribuir para um ambiente mais equilibrado, mais diversificado e melhor. E porque as nossas necessidades de conforto são, também elas, múltiplas e diferenciadas, a Junkers tem diversas soluções para cada caso e para cada casa. Todas elas focadas no conforto que proporcionam, e no respeito pelo meio ambiente.



## 1

Se tem um jardim, construa um lago para favorecer a biodiversidade. Rãs, besouros de água, caracóis de água e libelinhas agradecem. E o ambiente também.

## 2

Na hora de pensar na água quente de sua casa, se puder, opte por instalar uma bomba de calor. Com ela, utiliza o próprio ar como combustível, já que é à temperatura do ar que a bomba vai buscar o calor que utiliza depois no aquecimento da água e da casa.

## 3

Quando passear pelo campo, não deixe vestígios da sua presença. Leve consigo um recipiente para recolha do lixo que produzir, e coloque-o depois num contentor próprio. E não se esqueça de não deitar lixo ou beatas pela janela do seu carro.

## Faça da sua casa **uma casa eficiente**



E com a vasta gama **JUNKERS** viva o conforto inteligente.

Na Junkers aliamos inovação e criatividade na constante busca de soluções cada vez mais perfeitas e inovadoras que assegurem com total eficácia o seu máximo conforto, preservando o meio ambiente. É por isso que nos nossos esquentadores, caldeiras, sistemas solares, bombas de calor e aparelhos de ar condicionado encontra sempre as opções mais inteligentes para fazer da sua casa, uma casa verdadeiramente eficiente!

[www.junkers.pt](http://www.junkers.pt)

Conforto para a vida

 **JUNKERS**  
Grupo Bosch

